

Tânia Mara Campos de Almeida (org.)

Encontro com
Rita Segato

por sua linhagem:
memórias e memorial



EDITORA



UnB



Universidade de Brasília

Reitora Márcia Abrahão Moura

Vice-Reitor Enrique Huelva

EDITORA



UnB

Diretora Germana Henriques Pereira

Conselho editorial Germana Henriques Pereira (Presidente)
Fernando César Lima Leite
Ana Flávia Magalhães Pinto
Andrey Rosenthal Schlee
César Lignelli
Gabriela Neves Delgado
Guilherme Sales Soares de Azevedo Melo
Liliane de Almeida Maia
Mônica Celeida Rabelo Nogueira
Roberto Brandão Cavalcanti
Sely Maria de Souza Costa

Tânia Mara Campos de Almeida (org.)

Encontro com
Rita Segato
por sua linhagem:
memórias e memorial

Equipe editorial
Coordenação de produção editorial : Marília Carolina de Moraes Florindo
Assistência editorial : Jade Luísa Martins Barbalho
Emilly Dias
Revisão : F. Soudant
Projeto gráfico e diagramação : F. Soudant

© 2022 Editora Universidade de Brasília

Direitos exclusivos para esta edição:

Editora Universidade de Brasília
Centro de Vivência, Bloco A – 2ª etapa, 1º andar
Campus Darcy Ribeiro, Asa Norte, Brasília/DF
CEP: 70910-900
Telefone: (61) 3107-3700
www.editora.unb.br
contatoeditora@unb.br

Todos os direitos reservados. Nenhuma parte
desta publicação poderá ser armazenada
ou reproduzida por qualquer meio sem a
autorização formal da Editora.

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)
(Biblioteca Central da Universidade de Brasília – BCE/UNB)

E56 Encontro com Rita Segato por sua linhagem [recurso
 eletrônico] : memórias e memorial / Tânia Mara
 Campos de Almeida (org.). – Brasília : Editora
 Universidade de Brasília, 2023.
 263 p.

Formato PDF.
ISBN 978-65-5846-079-4.

1. Segato, Rita Laura. 2. Antropologia. I.
Almeida, Tânia Mara Campos de (org.).

CDU 39

Sumário

Prefácio	8
Trajectoria de uma pesquisadora ilustre e corajosa que desvenda e enfrenta a realidade concreta <i>Volnei Garrafa</i>	
Apresentação	12
<i>Femenagem</i> à Rita Segato por uma de suas comunidades intelectuais <i>Tânia Mara Campos de Almeida</i>	
Memórias	
I. Pluralismo jurídico, bioético e religioso	
Capítulo 1	
Pluralismos expressivos: contribuições e lições de Rita Segato <i>Elaine Moreira</i>	24
Capítulo 2	
Do pluralismo jurídico ao pluralismo bioético: trajectoria de vida e pensamento em 15 anos de aprendizado <i>Juliana Floriano Toledo Watson</i>	33
Capítulo 3	
Dos gritos inaudíveis à (d)enunciação da norma: sobre pandemias continuadas, capturas do Bem Viver e a reimaginação do mundo <i>Marianna Assunção Figueiredo Holanda</i>	43

Capítulo 4	
As vozes da Mãe do Silêncio no Brasil.	62
Crenças na aparição da Virgem Maria	
<i>Tânia Mara Campos de Almeida</i>	

II. Raça, Estado, violência e os “Outros”

Capítulo 5	
A fuga dos espelhos: violência, mimesis	72
e alegorias patriarcais em <i>O Iluminado</i>	
<i>Daniú Gontijo</i>	

Capítulo 6	
O Povo do Veneno?	82
Uma análise crítica das ações de	
prevenção do suicídio entre os Suruwahá	
<i>Livia Vitenti</i>	

Capítulo 7	
A racialização dos(as) assim chamados(as) ciganos(as),	96
o protagonismo dos Calon de Belo Horizonte e a	
importância do pensamento de Rita Laura Segato	
<i>Priscila Paz Godoy</i>	

Capítulo 8	
Orfandade genealógica:	111
silenciamentos, colonialidade e relações de poder	
<i>Vanessa Rodrigues de Araújo</i>	

Capítulo 9	
A singularidade forjada sobre os Waimiri-Atroari	125
<i>Verenilde Santos Pereira</i>	

Capítulo 10	
O legado político e teórico do Caso Ari	136
Parte 1: o gesto pedagógico	
<i>Gustavo Augusto Gomes de Moura</i>	

III. Gênero, feminismos e sexualidade

Capítulo 11	
Em tempos de “destruição”, quais as possibilidades e os desafios da teoria e prática decoloniais?	162
<i>César Augusto Baldi</i>	
Capítulo 12	
“Brincadeiras do Corpo”: gênero e historicidade javaé em diálogo com a perspectiva de Rita Segato	172
<i>Patrícia de Mendonça Rodrigues</i>	
Capítulo 13	
O legado feminino: a ciência e o pensamento de mulher para mulher	187
<i>Jocelina Laura de Carvalho Segato</i>	
Capítulo 14	
Para desver o mundo: tramas históricas dos vínculos e pluralidades no pensamento de Rita Segato	197
<i>Lourival Ferreira de Carvalho Neto</i>	
Capítulo 15	
Uma antropologia interpelada	216
<i>Pedro Paulo Gomes Pereira</i>	
Memorial (atualizado e revisado)	
Um olhar retrospectivo: seleção de relatos para uma memória possível da vida de uma professora	231
<i>Rita Laura Segato</i>	
Notas sobre as autoras e os autores	255

Memórias

I. Pluralismo jurídico, bioético e religioso

Pluralismos expressivos: contribuições e lições de Rita Segato

Elaine Moreira

Introdução

Entre os anos de 2015 e 2016, pude acompanhar de perto as aulas da Rita Segato nos programas de pós-graduação em direitos humanos e bioética na Universidade de Brasília. Isso se deu no período do meu pós-doutorado. Suas aulas desestabilizavam a forma e reforçavam o conteúdo. Lembro-me da frase: “eu já contei a vocês a história...” – era o momento mais esperado dos alunos. Dali ela iniciava a contar um episódio, às vezes cotidiano, às vezes de seu país natal, às vezes de qualquer lugar do mundo, e relacionava cada uma dessas histórias à discussão do texto e o extrapolava. Era acolhedora em cada aula, em cada encontro, em sua sala de aula ou em sua cozinha, onde dizia sempre que esses espaços eram igualmente de troca e de pensamentos. Recordava-nos que o ensaio é a escrita e a troca necessária de ideias e de pensamentos na América Latina.

Ao reler seus textos para esta contribuição, recordo que a nova gramática necessária a que ela tanto se referia era uma gramática que inova o dizer e sua circulação, ocupando novos espaços de pensamento e diálogo. A gramática, como não está fora do mundo, precisa na verdade de novos espaços de circulação e de produção que podem ser a aula, uma mesa na cozinha, ou um eventual encontro.

A gramática de que fala Rita Segato potencializa os verbos acolher, escutar, pensar, refletir... por isso gostaria de iniciar este capítulo com uma dessas histórias que Rita contou em sala de aula sobre o filme *Matrix* e acabou escrevendo-a em um de seus artigos:

Somente nos últimos momentos do último episódio conhecemos que Neo é também um programa, mas um programa de última geração para quem o jogo da determinação/indeterminação se dá numa forma muito mais complexa e, portanto, é indiferente ao tema da inevitabilidade. Ao longo dos três episódios, Neo procura regularmente orientação com o Oráculo, representado por uma

mulher negra, de classe média baixa e dona de casa. O Oráculo é quem vai dando as pistas quando os personagens do bem nesta guerra ficam desorientados. Na última cena do último episódio, quando já os enigmas da história foram revelados, a Oráculo, o Arquitecto construtor da Matrix, a menininha Sati e o anjo Seraph se encontram sentados num banco frente a um lago. Acontece aí o diálogo que quero ressaltar. Seraph pergunta: “Oráculo, você sempre soube?” O Oráculo responde: “Oh, não! Sabia não! Mas eu acreditei, acreditei!” (Segato, 2006).

Desta cena, Segato vai aos poucos explorando a ideia da abertura histórica, do imprevisível, não como aleatório, mas como possibilidades de escolhas, marcadas por vínculos, histórias e negociações. Não esquece que, neste movimento, o Estado moderno, embora não possa controlar tudo, pode destruir. Neste capítulo optei por explorar a ideia do que a autora chama de pluralismo histórico, o impulso ético e a violência expressiva. Eles dialogam entre si, seja no que ela chama de uma antropologia da escuta ou na força da ideia do mundo aldeia. Espero com isso enfatizar a força dessas suas ideias e agradecer por compartilhar sempre suas reflexões e dúvidas. Essas ideias e conceitos que a autora, de forma definitiva, lançou para pensarmos a diferença, a relação com o “outro”, são questões próprias da antropologia, que aliás sempre foi o seu lugar por excelência, e têm sido inspiração para seus alunos e leitores.

Tecendo metáforas: por uma nova gramática

Um tear aberto, mas um tear, é a metáfora que Segato escolheu para afirmar o direito de cada povo para tecer os fios de sua história e realizar suas escolhas, suas formas de resistência, suas contradições, onde em suas travessias e dilemas escolhem o que levar consigo a partir de suas vivências e possibilidades. Em suas aulas, sempre incentivou os(as) alunos(as) a buscarem novas formas de expressões, de escrita, com a preocupação de se atentarem para uma gramática que abarcasse o diferente sem colonizá-lo. O explícito, o implícito tem um espaço nesse exercício que deve ser contínuo se quisermos dialogar.

Segato nos fala de uma economia da alteridade, uma economia que é baseada no *impulso ético* – em suas palavras, uma ética da insatisfação – e adverte (Segato, 2006) “nem a insatisfação, nem a dissidência ética são patrimônio de um povo particular”; “*a ética, portanto, não tem um conteúdo a ser listado*”. A ética de que nos fala Rita é a ética da responsabilidade e não a consciência moral da culpa.

Não nos propõe um conteúdo ético, pois sabe que ele sempre foi colonial, mas chama atenção para o impulso da insatisfação, presente em todos os processos históricos e em todos os povos. Destaca a importância da autonomia como devir histórico, em suas escolhas, nas diferentes formas de resolução de conflitos, sem esquecer e dizer que a colonialidade do poder se faz presente, em muitos espaços, mais próximos e mais distantes, mas a autora aposta nas saídas múltiplas, na presença de outros habitantes deste mundo, nas relações do mundo aldeia, nas historicidades onde o tempo e o espaço possam condensar e potencializar soluções.

Responsabilidade e abertura são os predicados do eu ético (Segato, 2006, p. 226) [...].

O impulso ético é o que nos permite abordar criticamente a lei moral e considerá-la inadequada. A pulsão ética nos possibilita não somente contestar e modificar as leis que regulam o “contrato” impositivo em que se funda uma nação, mas também distanciar-nos do leito cultural que nos viu nascer e transformar os costumes das comunidades morais de que fazemos parte. Para utilizar metáfora frequentemente oferecido pelo cinema recente, é a pulsão ética que desinstala os *chips* cuja finalidade é tornar nosso comportamento automático (Segato, 2006, p. 222).

Segato vai construindo o conceito de pluralismo histórico, intrinsecamente relacionado à ideia da autonomia dos povos, com este deslocamento da identidade para o conceito de povo como algo construído e negociado constantemente em fóruns e espaços internos, e o conceito de povo ganha nova força em seus textos. O termo pluralismo, seja ele jurídico ou bioético, necessariamente se lança para um campo mais amplo e diverso. Pois não se trata de um mosaico de direitos, mas de um caleidoscópio em movimento, movido pela ética da insatisfação que nos move na busca de novas soluções de conflitos, de novas convivências com o diverso, com o outro. Algo que está em permanente negociação, mas não para acomodar e sim para incomodar, no sentido dinâmico desta palavra. Mesmo sem citar explicitamente, a noção de povo, da qual nos fala Segato, é questionada em algumas concepções de interculturalidade, pois para a autora não se trata apenas de identificar o outro, mas de construir pontes com este outro, respeitando suas escolhas e decisões. Ao legitimar, desta forma, outras racionalidades, acomodando inquietações, como procedimento de fuga de novas colonialidades, seja ele moral ou de força.

O pluralismo histórico é o ponto-chave para pensar e escutar o que nos diz outros povos sobre o bem viver, tradução possível da língua quéchua “*sumak*

kawsay” e da língua aymara “*suma qamaña*”. As línguas colonizadoras buscam nas expressões das línguas indígenas, uma tradução do termo e cada vez mais aprofundam num campo de disputas de significados. Como nos recorda Tzvetan Todorov (2019), quando fora publicada a primeira gramática da língua espanhola moderna, em 1492, Antônio Nebrija, registra na introdução: “A língua sempre foi a companheira do Império”.

O bem viver traz um discurso político sobre vidas humanas e não humanas, um mundo ampliado, cosmopolítico para alguns, um mundo que também discursa em busca de uma nova gramática, que nos conta outras histórias, que nos fala de outros conflitos e de novos afetos. Neste sentido, o bem viver é sobretudo um discurso político, e seu conteúdo está sempre em disputa, independentemente de onde tenha nascido. Se o bem viver nasce como uma gramática que evoca aquilo que fora silenciado para humanos e não humanos que não compunham a arena de direitos – a exemplo da Terra, das águas, e dos animais –, o bem viver não passou despercebido nas reflexões de Rita. Pois, nesta sua nova gramática, há um apelo ao Estado, há uma crítica ao poder do Estado e no poder discursivo e de controle da nação em nome de um Uno, que silencia e nega os seus múltiplos, os seus diversos, os seus povos, marca indelével das Américas. Também não poupou críticas ao pretense modernismo do mundo binário, que institui o mundo dos brancos e seus não brancos, fora da norma, fora da lei. A luta por direitos, neste contexto, tem sido o alicerce de suas reflexões teóricas. Aqui vale a pena abrirmos uma brecha ao que a autora chamou atenção sobre o direito de narrar.

[...] el status de existencia de un pueblo no depende solamente del relato de eventos sino de poder narrarse como sujeto de una historia. A su vez, esto no es posible sin una “permisión” o autorización social que concede legitimidad para hacerlo (Segato, 2007, p. 31)¹.

As brechas precisam ser construídas no mundo aldeia e no mundo de cada um de nós. Nos espaços que habitamos, nas universidades em que estudamos e trabalhamos, a insatisfação ética deve ser a força que nos move. A economia da alteridade é alimentada por nossa capacidade de construção de pontes com os outros diversos. Neste sentido, a escuta também é um exercício da busca de compreensão, da resistência à sedução em colonizar o discurso de outros.

1. [...] o estatuto de existência de um povo não depende apenas da história de acontecimentos, mas de poder narrar-se como sujeito de uma história. Por sua vez, isso não é possível sem uma “permissão” ou autorização social que confere legitimidade para fazê-lo.

De acordo com o padrão colonial moderno e binário, qualquer elemento, para alcançar plenitude ontológica, plenitude de ser, deverá ser equalizado, ou seja, equiparado a partir de uma grade de referência comum ou equivalente universal. Isto produz o efeito de que qualquer manifestação da alteridade constituirá um problema, e só deixará de fazê-lo quando peneirado pela grade equalizadora, neutralizadora de particularidades, de idiosincrasias (Segato, 2012, p. 122).

Questões sobre o pluralismo bioético

Se é possível falar hoje do pluralismo bioético, é preciso considerar que ele deve ser mais um espaço da escuta que um espaço de normas. Mais formas de afetos e de vida que regras a serem seguidas. O pluralismo bioético necessitaria pensar em plurais, em pontos transitivos das novas formas de relação de poder desta gramática plural sobre a economia da alteridade. Por isso não pode simplesmente abarcar normas, mas deve indicar processos. Processos de escuta da dor, que se cala dentro das normas de uma bioética não apenas biologizada, mas, sobretudo, branqueada e ocidentalizada.

Já que o pluralismo histórico – assim como o pluralismo bioético – deve abrir novos horizontes possíveis, novas transitividades, uma gramática dos verbos transitivos, incompletos, demandado assim complementos negociados que devem ser narrados. Rita lembra-nos que narrar é ocupar espaços e transformá-los, onde a relação se torne um processo contínuo movido pelo impulso ético. A bioética necessita ser um espaço ocupado, para ser uma bioética plural. Uma bioética que valorize os vínculos e as diferentes narrativas sobre a dor e o bem viver. Uma bioética que destaque os vínculos e os processos dinâmicos não universalizantes, uma bioética de contextos e vínculos.

Por eso sugiero que el camino de la historia será el de retejer y afirmar la comunidad y su arraigo vincular. Y por eso creo que la política tendrá que ser a partir de ahora femenina”... Mientras tanto, la práctica política femenina no es utópica sino tópica y cotidiana, del proceso y no del producto (Segato, 2016: 31)².

Precisamos compreender que o discurso sobre o pluralismo bioético deve colocar em pauta a desconfiança, para não se deixar colonizar. Toda bioética é de

2. Por isso sugiro que o caminho da história é o de restabelecer e afirmar a comunidade e sua raiz vinculante. E por isso acredito que daqui para a frente a política terá de ser feminina”... Entretanto, a prática política feminina não é utópica, mas tópica e cotidiana, do processo e não do produto.

intervenção, talvez este nomear a intervenção queira revelar isso, expressar em outras palavras a intervenção para poder narrar sentidos. Se consideramos o bem viver, o bem dizer com uma narrativa em disputa, que centraliza as relações entre os humanos e não humanos, e questiona um hierarquia instituída pela ciência, o pluralismo bioético deveria dar espaços justamente às novas narrativas e aos itinerários que colocam corpos diferenciados em busca de curas e de dignidade, espaços de convivência e diálogo. Em suma, novos processos em defesa da vida, em sua amplitude não apenas biológica, mas de diferentes lógicas.

Desse ponto de vista, é importante sinalizar que o pluralismo bioético tem um valor justamente expressivo, devendo criar espaços para novas mensagens, seja no campo do direito, das ciências, nas narrativas, seja em uma prática de escuta e demanda entre especialistas, academia e povos diversos.

A violência expressiva

“Forma de violencia expresiva [...] es un tipo de violencia que no se usa directamente para vencer al enemigo, sino para expresar su derrota, para simbolizar la destitución del enemigo como una fuerza respetable, considerable, poderosa. De esa manera, se independiza el mensaje, el mensaje cobra la función de puro mensaje. No es la guerra, es una guerra en el campo simbólico, se especializa ahí” (Segato, 2016, p. 164)³.

Rita lança mão deste conceito para pensar os contextos de violação, nas guerras ou em outros contextos na América Latina, contra os corpos das mulheres. Mas a força desta ideia pode sugerir que o embate por novos direitos é sempre, ou pelo menos em parte, a luta por novas mensagens, por novas expressividades. Como nos recorda Rita, a luta por direitos também é uma luta pelo discurso do direito, seja na inscrição de normas, seja na luta em si pelas garantias de direitos de minorias étnicas e todas as pautas que reconhecem uma sociedade diversa e plural. No campo dos povos indígenas, o pluralismo histórico é a própria decisão de permanecer como povo, com seus fóruns internos de decisões e resoluções de conflitos, traz a mensagem mais forte e a que mais resistência enfrenta. A violência expressiva, neste sentido largo

3. “Forma expressiva de violência [...] é um tipo de violência que não é utilizada diretamente para derrotar o inimigo, mas para expressar sua derrota, para simbolizar a destruição do inimigo como força respeitável, considerável, poderosa. Desta forma, a mensagem torna-se independente, a mensagem assume a função de mensagem pura. Não é guerra, é guerra no campo simbólico, especializa-se aí.”

da produção da mensagem, está presente em toda violência sofrida por estes povos. Cada povo com sua carga de violência expressiva, a representar sua diminuição como sujeito, como povo, como portador de direitos, bem como para colocá-lo na ordem da submissão moral.

No contexto atual, onde as imagens e as mensagens ganham uma potência maior com as novas tecnologias, a violência expressiva se potencializou, seja no campo da pedagogia da crueldade – como assinala Segato –, como na produção constante de violências contra povos e direitos.

Ao enfatizar os povos em seus escritos, a autora sustenta mais que a identidade, a mensagem da diversidade, da possibilidade como valor histórico: “Eu acreditei”. Não significa que ela não reconheça os diversos emaranhados das relações interétnicas, mas ressalta que a dissidência não é prerrogativa exclusiva de um povo e ressalta a importância dos fóruns internos.

Neste fóruns, as soluções de conflitos e os laços de pertencimento – do que Segato chama de “mundo aldeia” –, neste espaço de força e potência é mais que geográfico, apresenta várias dimensões, e por isto mesmo é capaz de produzir novas mensagens e relações. O “mundo aldeia” reinventa uma pedagogia de processos e pertencimentos, e é assim capaz de se colocar em posições diferentes, às vezes de fora, outras de dentro, e a ideia traz novas reflexões para os estudos das relações interétnicas. Rita enfatiza o potencial do mundo aldeia para produzir decisões e sobretudo processos sociais que não se resumem à noção da fricção interétnica. Em outras palavras, ela chama atenção para além do campo da fricção, o mundo aldeia teria essa capacidade de elaboração de mensagens. Entre o “mundo dos brancos” e o “mundo aldeia”, há dinâmicas diversas que potencializam os processos dos fóruns internos, podendo impulsionar forças fora da ordem binária, segundo Segato, a principal fonte de poder da modernidade.

A devolução da justiça própria nada mais é do que a devolução da história própria. Nessa perspectiva antropológico-jurídica que proponho, o papel do Estado será, portanto, o de restituir aos povos os meios materiais e jurídicos para que recuperem sua capacidade usurpada de tecer os fios de sua própria história, e lhes garantir que a deliberação interna possa ocorrer em liberdade, em concordância com a figura jurídica das garantias de jurisdição ou foro étnico (Segato, 2014).

Considerações finais

Uma das perguntas que Rita Segato trouxe em seu texto é: o Estado pode ser um Estado restituidor do fórum interno dos povos?

Se lembrarmos do que ela nos fala sobre a ética da insatisfação, como também sobre a força que constrói os laços de pertencimento em um processo contínuo de elaboração de vínculos, o Estado restituidor não pode impor uma normatização das diferenças. A superioridade moral do Ocidente deve ceder e reconhecer as brechas, os fóruns e as outras possibilidades de solução de conflitos ou de mudanças destes mesmos conflitos. Não na lógica do culturalismo ou do multiculturalismo, que reconhecem a diferença e as capturas no elenco vazio de diversidade. O que Segato insiste em nos mostrar é que o Estado restituidor necessita não apenas elencar as diferenças, mas, sobretudo, reconhecer suas dinâmicas, seus processos criativos, que habitam o mundo. Um mundo que disputa hierarquias de valores e de processos históricos.

Hoje a disputa pelo poder e por recursos naturais e simbólicos localizados em territórios habitados por povos indígenas e comunidades tradicionais sofre inúmeras formas de violência, incluindo as violências expressivas, aquelas que buscam desmoralizar os povos enquanto sujeitos. Segato mostrou situações particulares em seus textos, onde a violência contra as mulheres indígenas se coloca de diversas formas, contudo de forma permanente no processo colonizador. Faz-nos pensar que hoje estamos muito mais próximos do que pensamos da invasão das Américas, onde valores morais novamente se tornam a base de direitos de vida e de morte. Morte física ou impossibilidade de existir como povos diversos.

As ideias sobre o pluralismo histórico, o impulso ético e a violência expressiva são ideias dinâmicas para pensarmos o contexto atual, o contexto geopolítico, a disputa de narrativas no contexto político de mudanças de governos na América Latina em geral, e no Brasil em particular. Aldeia mundial e frente colonial/estatal – empresarial – midiática – cristã são hoje, sem dúvida, temas de pesquisa da agenda de um número grande de estudantes e pesquisadores em diálogo com Segato. Suas ideias e conceitos convidam-nos a compor o que ela chama de uma “nova gramática”, uma gramática atenta às armadilhas da homogeneização, da imposição de normas e modelos tanto para viver como para se expressar.

Para concluir retomo a cena de *Matrix* por Segato (2006):

Para alguém que, como eu, venho do campo dos estudos da religião e, em especial, de uma religião onde o Oráculo é um elemento muito forte, a maneira em que é revelada a função do mesmo nesta última cena da trilogia de *Matrix* representou uma

virada na compreensão do jogo da previsão, do prognóstico e da história. *Ficava aqui separado o tema do conhecer o futuro do tema de conduzir ao futuro.* A função do Oráculo passava ser descrita como responsabilidade pela *manutenção do campo histórico em aberto e a crença nesse permanente estado de abertura e indeterminação.* A previsão da possibilidade de vir a existir o que não existe ainda em lugar nenhum, a (u)topia, dependia exclusivamente da imprevisibilidade, quer dizer, da crença (“eu acreditei!”) *na permanente abertura da história.* Portanto, chegamos hoje à uma definição de utopia como crença na história *enquanto programa aberto, horizonte que não fecha, campo de incerteza e indeterminação.* O caráter histórico – isto é, aberto – do destino humano é a grande utopia contemporânea (Segato, 2005, p. 13, grifos meus).

Referências

SEGATO, Rita Laura. *La guerra contra las mujeres.* Madrid: Traficantes de Sueños, 2016.

SEGATO, Rita Laura. El sexo y la norma: frente estatal, patriarcado, desposesión, colonidad. *Estudios Feministas*, v. 22, n. 2. p. 304, maio/ago. 2014.

SEGATO, Rita Laura. Que cada povo teça os fios da sua história: o pluralismo jurídico em diálogo didático com os legisladores. *Revista da Faculdade de Direito da UnB*, v. 01, n. 01, jan./jun. 2014,

SEGATO, Rita Laura. Gênero e colonialidade: em busca de chaves de leitura e de um vocabulário estratégico descolonial. *E-cadernos-ces On-line*, n. 18, 2012. Disponível em: <https://journals.openedition.org/eces/1533>. Acesso em: 04 dez. 2012.

SEGATO, Rita Laura. Femi-geno-cídio como crimen en el fuero internacional de los derechos humanos: el derecho a nombrar el sufrimiento en el derecho. *In: FREGOSO, Rosa-Linda; BEJARANO, Cynthia (ed.). Una cartografía del femicidio en las Américas.* Ciudad de México: Unam, 2010.

SEGATO, Rita Laura. *La nación y sus otros.* Buenos Aires: Prometeo, 2007.

SEGATO, Rita Laura. Antropologia e direitos humanos: alteridade e ética no movimento de expansão dos direitos universais. *Mana*, v. 12, n. 1, p. 207-236, 2006.

TODOROV, Tzvetan. *A conquista da América: a questão do outro.* São Paulo: Martins Fontes, 2019.



Notas sobre as autoras e os autores

Notas sobre as autoras e os autores

César Augusto Baldi

Professor da Universidade Luterana do Brasil até 2007. Professor de Antropologia Jurídica na EBN, Brasília. Servidor do Tribunal Regional Federal da 4ª Região desde outubro de 1989. Pesquisador do Núcleo de Estudos para Paz e Direitos Humanos (NEP) da Universidade de Brasília. Tem experiência na área de direito, atuando principalmente nos seguintes temas: direitos humanos, interculturalidade, Islã, feminismo islâmico, indígenas, comunidades tradicionais, teorias críticas de direitos humanos, teorias pós e decoloniais, racismo, quilombolas, territorialidades. Lecionou Introdução ao estudo do direito, Direito administrativo e Direito constitucional. Editor de *Direitos humanos na sociedade cosmopolita* (Renovar, 2004) e *Aprender desde o Sul* (Fórum, 2015). CV Lattes: <http://lattes.cnpq.br/8202034636185727>.

Danú Gontijo

Advogada, com mestrado em direitos humanos pela Universidade de Utrecht (2004) e doutorado em bioética pela Universidade de Brasília (2015). Pesquisadora associada e professora colaboradora da Cátedra Unesco de Bioética/ Programa de Pós-Graduação em Bioética. Tem interesse nos temas relacionados a violência, feminismos, gênero, saúde, tortura, feminicídios, violência de Estado e letalidade policial, criminologia crítica e sistema penitenciário, justiça, antropologia, direitos humanos, mídia. CV Lattes: <http://lattes.cnpq.br/2340422058356417>.

Elaine Moreira

Possui graduação em ciências sociais, habilitação em antropologia pela Universidade Estadual de Campinas (1990), mestrado e doutorado em *anthropologie sociale et ethnologie*, pela École des Hautes Études en Sciences Sociales (Ehess), em 1995 e 2012, respectivamente. Pós-doutorado na UnB, bioética. Participou com pesquisas junto ao projeto Pacta – Coordenado por Mauro Almeida (Unicamp) e Laure Emperaire (IRD). Tem experiência na área de antropologia, com ênfase em etnologia indígena, atuando principalmente nos temas: redes sociais Ye'kuana, circulação de objetos, conhecimentos tradicionais, antropologia das sementes, migrações e mobilidade indígena. Atualmente acompanha com pesquisa a presença indígena dos Warao da Venezuela no fluxo migratório

venezuelano em Roraima. Coordena o projeto de extensão Observatório dos direitos e políticas indigenistas (Obind), do Departamento ELA-UnB. CV Lattes: <http://lattes.cnpq.br/9510291380309325>.

Gustavo Augusto Gomes de Moura

Educador popular, é mestre em antropologia social pela UnB (2011) e doutorando em bioantropologia no PPGA/UFPA, na linha de povos indígenas e populações tradicionais. CV Lattes: <http://lattes.cnpq.br/9336687697427133>.

Jocelina Laura Carvalho de Segato

Graduada em ciências sociais pela UnB, com ênfase em antropologia (2017). Atualmente, mestranda em bioética (Programa de Pós-Graduação em Bioética/UnB). CV Lattes: <http://lattes.cnpq.br/8807804052919515>.

Juliana Floriano Toledo Watson

Doutoranda em bioética; mestra em bioética pelo Programa de Pós-Graduação em Bioética da Universidade de Brasília; bacharel em ciências sociais com habilitação em antropologia pela Universidade de Brasília; licenciada em ciências sociais. Aprendiz de raizeira e parteira no Cerrado; coordenadora da Formação de Parteiras e Doulas com a mestra Dona Flor; trabalha com ginecologia autônoma e natural e medicina populares. Tem experiência com movimentos sociais, principalmente feministas; como professora de sociologia na rede pública e professora de português como segunda língua; e como tradutora de espanhol-português-espanhol. CV Lattes: <http://lattes.cnpq.br/3146123354330608>.

Lívia Vitenti

É doutora em antropologia pelo programa de pós-graduação da Universidade de Montréal, em Quebec, Canadá. Teve por tema de tese o suicídio Atikamekw, população indígena habitante do Quebec. Sua tese se intitula: “*Couper le fil de la vie: suicide et rituels de mort chez les Atikamekw de Manawan*”. Possui mestrado em antropologia pela PPGAS da UnB (2005), e teve por tema de dissertação as jurisdições especiais indígenas de quatro países andinos, a saber, Bolívia, Colômbia, Equador e Peru. A dissertação de mestrado se intitula: “Da antropologia jurídica ao pluralismo jurídico”. Possui graduação em ciências sociais com habilitação em antropologia pela UnB (2002). Entre 2012 e 2015 foi pesquisadora pós-doutoral (PDJ-CNPq) na Cátedra Unesco de Bioética da UnB, sob a supervisão de Rita Laura Segato. Entre 2014 e 2015 foi professora substituta no Departamento de Antropologia da UnB. Igualmente, foi consultora da Organização Panamericana de Saúde (Opas) para a Secretaria Especial

de Saúde Indígena (Sesai) entre os anos de 2017 e 2018. Entre 2018 e 2019 foi pesquisadora PNPD no Departamento de Antropologia da UnB. Atualmente é coordenadora do Plano de Ação das Primeiras Nações contra agressões sexuais, na organização Femmes Autochtones du Québec/Quebec Native Women Inc. Tem experiência na área de antropologia da saúde, com ênfase em saúde mental, suicídio indígena e prevenção do suicídio, etnologia indígena, antropologia da religião e antropologia jurídica. CV Lattes: <http://lattes.cnpq.br/8541766151991632>.

Lourival Ferreira de Carvalho Neto

Doutorando em direito pela Universidade de Brasília (UnB), na linha de pesquisa de Sociedade, conflito e movimentos sociais. Mestre em direitos humanos e cidadania pela UnB. Bacharel em direito pela Universidade Estadual do Piauí (Uespi). Membro do Grupo de Pesquisa Antropologia e Direitos Humanos do CNPq e do Centro de Estudos em Desigualdade e Discriminação (UnB). Advogado. Pesquisador jurídico (OAB Nacional). CV Lattes: <http://lattes.cnpq.br/7995270411139059>.

Marianna Assunção Figueiredo Holanda

Professora da UnB. Saúde coletiva (FCE/UnB), Centro Internacional de Bioética e Humanidades (Cibh/UnB) e Programa de Pós-Graduação em Bioética (PPG-Bioética/UnB). Pesquisadora de bioética e direitos humanos desde a decolonialidade, as interseccionalidades de gênero, raça, etnia e das lutas por justiça social. Pluralismo jurídico, bioético e de outros mundos. Antropologia do corpo, das emoções e dos sentidos. Da morte e do morrer. Da dignidade e do nascer. Doutora em bioética pelo Programa de Pós-Graduação em Bioética da UnB (2015), mestra em antropologia social pelo Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social da UnB (2008), bacharela em ciências sociais pela UnB, com habilitação em antropologia (2005). Coordenadora da Liga Acadêmica de Bioética e Direitos Humanos da Universidade de Brasília – Projeto de Extensão Continuada – desde dezembro de 2019. Presidenta da Sociedade Brasileira de Bioética – Regional Distrito Federal (gestão 2022-2023). Membro da Comissão de Direitos Humanos da Associação Brasileira de Antropologia (CDH/ABA). Mãe de Caetano, Samuel e Francisco. #MaternidadeNoLattes CV Lattes: <http://lattes.cnpq.br/8460180060006601>.

Patrícia de Mendonça Rodrigues

Mestre em antropologia pela Universidade de Brasília (1993) e PhD em antropologia pela Universidade de Chicago (2008). Realizou pesquisa acadêmica

com o povo Javaé, no médio Rio Araguaia, sobre organização social, cosmologia, gênero e etno-história. Coordenou nove grupos técnicos da Funai de identificação e delimitação de terras indígenas no médio Araguaia e alto Tapajós, de interesse dos povos Xavante, Kayabi, Munduruku, Karajá, Javaé e Avá-Canoeiro do Araguaia. Publicou vários artigos sobre os Javaé, Avá-Canoeiro do Araguaia, Karajá e Xavante. Desde 2009 tem militado pela inclusão dos Avá-Canoeiro do Araguaia em uma pauta de direitos humanos e constitucionais e atualmente está coordenando um projeto de estudos etnoterritoriais.

Pedro Paulo Gomes Pereira

Livre-docente pela Universidade Federal de São Paulo (2013). Professor associado da Universidade Federal de São Paulo. Professor do Programa de Pós-Graduação em Saúde Coletiva da Universidade Federal de São Paulo. Coordenador do Núcleo de Pesquisa em Diferenças, Direitos Humanos e Saúde (Quereres). Possui mestrado em antropologia pela UnB (1996), doutorado em antropologia pela UnB (2001) e pós-doutoramento na Universidade de Barcelona (2001-2002). Foi pesquisador visitante pós-doc na Universidade de Barcelona. Bolsista da Fundación Carolina para realizar pesquisa na Espanha, Universidad Rovira y Virgili. É membro de comissões editoriais em publicações periódicas e parecerista em diversos periódicos na área de ciências sociais, saúde coletiva e estudos de gênero e sexualidade. Editor na *Revista Interface*. Prêmio Antropologia e Direitos Humanos, da Associação Brasileira de Antropologia (2002). É responsável por auxílios à pesquisa ativos na Fapesp. É membro da Abrasco, onde participa do GT Saúde da População LGBTI+. É parecerista do CNPq, da Capes, da Fapesp. É autor dos livros *O terror e a dádiva* (2004), *De corpos e travessias* (2014), *Queer in the Tropics: gender and sexuality in the Global South* (2019), além de artigos publicados em periódicos nacionais e internacionais. Áreas de atuação: corpo, saúde, doença. CV Lattes: <http://lattes.cnpq.br/1474930426841995>.

Priscila Paz Godoy

Graduada pela Faculdade de Direito da Universidade Presbiteriana Mackenzie, São Paulo, em 1999. Formada pela Escola de Governo, curso promovido pela Associação Brasileira de Formação de Dirigentes Públicos e pela Universidade de São Paulo (USP), em 2004. Mestre em direitos humanos e cidadania pela Universidade de Brasília (PPGDH/CEAM/UnB), em 2015. Tem experiência em direito público e direitos humanos com atuação em escritório de advocacia, nos poderes executivos municipais e federal, em organização não governamental e organismos internacionais. Autora do livro *O povo invisível: os ciganos*

e a emergência de um direito libertador (2016). CV Lattes: <http://lattes.cnpq.br/6483433968386731>.

Rita Laura Segato

Recebeu os títulos de Master of Arts (1978) e PhD (1984) pelo Departamento de Antropologia Social da Queen's University of Belfast, Irlanda do Norte, Reino Unido. É professora emérita da Universidade de Brasília pelo Programa de Pós-graduação em Bioética e Pesquisadora Sênior do CNPq. Foi docente do Departamento de Antropologia da Universidade de Brasília de 1985 a 2010 e nos Programas de Pós-graduação em Bioética e Direitos Humanos de 2011 a 2017. Em 2018 recebeu o Prêmio Latino-americano e Caribenho de Ciências Sociais (Clasco, 50 anos). Em 2020 recebeu o Prêmio Daniel Cossio Villegas em Ciências Sociais do Colégio de México (Colmex). Em 2021 recebeu o Prêmio Frantz Fanon da Associação Caribenha de Filosofia por sua trajetória. A Universidade Nacional de Salta, a Universidade Autônoma de Entre Rios, a Universidade Provincial de Córdoba, a Universidade Nacional de Cuyo, a Universidade Ibero-americana do México e a Universidade de El Salvador lhe concederam o título de Doutor Honoris Causa, e a Universidade de Guadalajara lhe concedeu o título de Visitante Ilustre. Recebeu a Medalha de Prata de Santo Inácio de Loyola da Ordem dos Jesuítas na Universidade Ibero-Americana do México. A Câmara Legislativa da Cidade de Buenos Aires a nomeou Personalidade Destacada da Cultura e a Cidade de Montevidéu e lhe concedeu o título de Visitante Ilustre. Recebeu também o Prêmio Pensamento Argentino dos Prêmios Democracia. Em março de 2017, foi destacada como uma das quatro intelectuais representativas do pensamento latino-americano pela revista mexicana *La Tempestad*. A agência espanhola EsGlobal a incluiu por dois anos consecutivos, 2017 e 2018, entre os 30 intelectuais mais influentes da Ibero-América. Atualmente é membro da Coordenação do Curso de Especialização em Estudos Afro-Latino-Americanos e Caribenhos da Clasco. Em 2018, o Museu Reina Sofia, em Madri, fundou a Cadeira Aníbal Quijano e a nomeou como sua titular. Em 2019, a Universidade Nacional de San Martín (Unsam), Argentina, criou a “Cátedra Rita Segato de Pensamiento Incómodo”, sob sua direção. Em 2019 foi convidada para ministrar o prestigioso Curso de Mestrado O Autor e sua Obra na Universidade Internacional Menéndez y Pelayo, Santander, Espanha e Lasa organizou em seu encontro em Boston uma sessão chamada Conversa com Rita Segato. Durante o primeiro semestre de 2022 foi professora visitante no Programa de Estudos Latino-Americanos (Plas) na Universidade de Princeton, nos Estados Unidos da América. Foi coautora da primeira proposta de ação afirmativa para garantir a admissão de estudantes negros e indígenas no ensino superior no Brasil (1999), e coautora,

com 41 mulheres indígenas de todas as regiões do país, de uma primeira proposta de ação afirmativa e políticas públicas para as mulheres indígenas perante o Estado brasileiro (2002). Atuou como especialista no Tribunal Viena+20 (Bilbao, 2013), juíza do Tribunal Permanente dos Povos para o capítulo México na Audiência Chihuahua (2014), testemunha especializada do Ministério Público da Guatemala para o caso Sepur Zarco de sujeição à escravidão sexual e doméstica de mulheres indígenas Maya Qeqchies por militares guatemaltecos durante o período autoritário (2014 a 2016), juíza do Tribunal dos Direitos da Mulher do Fórum Social Pan-Amazônico (Tarapoto, Peru, 2017), autora de um Diagnóstico da Polícia Nacional Civil de El Salvador sobre crimes de gênero (2018), e testemunhou como especialista perante o Tribunal Federal Criminal Oral 2 no julgamento de Crimes contra a Humanidade em centros de detenção em Escobar, Campana e Zárate, Província de Buenos Aires, Argentina, entre março e abril de 1976 (2019). CV Lattes: <http://lattes.cnpq.br/7719153067130491>.

Tânia Mara Campos de Almeida

Graduada em ciências sociais pela Universidade Federal de Juiz de Fora (UFJF), em 1989, mestra e doutora em antropologia pela Universidade de Brasília (UnB), respectivamente em 1994 e 2001, com pós-doutorado em representações sociais pela UnB (Instituto de Psicologia, 2006), pela Université de Provence e pela École des Hautes Études en Sciences Sociales (Ehess), França, 2007. Atualmente, é professora associada do Departamento de Sociologia (UnB), bem como integrante do Núcleo de Estudos e Pesquisas sobre Mulheres (NEPeM) da mesma universidade. No período de 2012 a 2016, foi editora-adjunta da revista *Sociedade e Estado*, na sequência sua editora-responsável (desde julho/2020), além de integrar o corpo editorial de vários periódicos científicos. Entre 2016 e 2018 atuou como coordenadora dos bacharelados em sociologia e ciências sociais do departamento. Tem experiência e publicações na área das ciências sociais e humanas, com ênfase nos seguintes temas: gênero, violência, trabalho, saúde e religião. É bolsista produtividade PQ2 do CNPq e integrante do grupo de pesquisa do CNPq “Diálogos em sociologia clínica (UnB)”. CV Lattes: <http://lattes.cnpq.br/5972548202499046>.

Vanessa Rodrigues de Araújo

Doutoranda em humanidades pela Universidad Autónoma Metropolitana, unidade de Xochimilco, México (UAM-X), na linha de pesquisa *estudios culturales y crítica poscolonial*. Mestra em direitos humanos e cidadania pela Universidade de Brasília (UnB). Especialista em direitos humanos pela Universidade Católica de Brasília (UCB). Graduada em ciências jurídicas pelo Centro Universi-

tário de Brasília (UniCeub). Foi colaboradora do Comitê Brasileiro de Defensoras e Defensores de Direitos Humanos. É pesquisadora do Grupo de Pesquisa Antropologia e Direitos Humanos do CNPq. Atuou como assessora jurídica no Conselho Indigenista Missionário (Cimi), realizando ações político-jurídicas voltadas à proteção e garantia territorial dos povos indígenas do Brasil. Adicionalmente, desenvolve pesquisas na linha de direitos humanos, teorias decoloniais, direitos indígenas, memória, raça e gênero. Autora do livro *Sabendo quem somos: memória familiar e descolonização* (2019). CV Lattes: <http://lattes.cnpq.br/4398978450108334>.

Verenilde Santos Pereira

Possui graduação em comunicação social pela Universidade Federal do Amazonas (1979) e mestrado em comunicação pela Universidade de Brasília (1995). Tem experiência na área de comunicação, atuando principalmente nos seguintes temas: mídia, índios e representação. É doutora pela Faculdade de Comunicação de Brasília, na área de jornalismo e sociedade. Defendeu a tese em 2013, cujo título é “Violência e singularidade jornalística: o ‘massacre da Expedição Calleri’”, sob orientação da Prof. Dra. Rita Laura Segato. CV Lattes: <http://lattes.cnpq.br/6744436215893417>.

Volnei Garrafa

Graduado em odontologia pela PUC-RS, Porto Alegre (1965-68); especialista em cancerologia bucal (Residência) pela Associação Paulista de Combate ao Câncer, Hospital A. C. Camargo (1969-1970); doutor em ciências pela Unesp (1971-1974); pós-doutorado em bioética pela Universidade La Sapienza /Roma Itália (1991-1993); ex-professor titular do Departamento de Saúde Coletiva da Faculdade de Ciências da Saúde (FS) da UnB (1990-2018). Atualmente é diretor do Centro Internacional de Bioética e Humanidades. Coordenador do Programa de Pós-graduação em Bioética – mestrado e doutorado acadêmico (Conceito 5 Capes), atuando na área de concentração em saúde pública e nas linhas de pesquisa: a) fundamentos de bioética e saúde pública; b) situações emergentes em bioética; c) situações persistentes em bioética; coordenador da Cátedra Unesco de Bioética. Membro titular do Conselho Diretor da Universidade de Brasília (2014-2020); cofundador e primeiro presidente da Red-Latinoamericana y del Caribe de Bioética de la Unesco – Redbioética (2003-2010), da qual atualmente é diretor de Assuntos Internacionais; membro do Conselho Científico da Sociedade Internacional de Bioética (Sibi), Gijón/Espanha e vice-presidente para a América Latina; membro do International Bioethics Committee da Unesco, Paris/França (2010-2017); coordenador dos cursos

de especialização em bioética desenvolvidos pela Cátedra Unesco de Bioética na UnB, entre 1998 e 2018 (18 edições anuais consecutivas); editor da *Revista Brasileira de Bioética (RBB)*; coordenador do Comitê de Ética em Pesquisa da FS-UnB (2000-2003 / 2006-2009); coordenador (2004-2006) do Comitê de Ética de Uso Animal do Instituto de Ciências Biológicas da UnB (Ceua); delegado designado pelo presidente da República para assessorar a delegação brasileira na Unesco no processo de elaboração da Declaração Universal sobre Bioética e Direitos Humanos na Unesco, Paris / França (2004-2005); membro do Grupo de Trabalho designado pelo Ministro da Saúde para elaborar Projeto de Lei para criação do Conselho Nacional de Bioética (2003-2004); vice-presidente (1999-2002) e após presidente da Sociedade Brasileira de Bioética (2001-2005); presidente do Sixth World Congress of Bioethics, Brasília, novembro de 2002; membro (de 1997 a 2003) da Comissão Nacional de Ética em Pesquisa do Ministério da Saúde (Conep); membro do Comitê de Bioética do Instituto Nacional do Câncer (Inca), Rio de Janeiro (1999-2003); membro da Banca Examinadora para análise de progressão funcional para classe de Professor Associado (Bepa), Universidade de Brasília (2008-2018); presidente (1994-1996) do Centro Brasileiro de Estudos de Saúde (Cebes); cofundador e primeiro presidente do Fórum Nacional dos Pró-Reitores de Extensão das Universidades Públicas Brasileiras (1987-1989); decano (pró-reitor) de Extensão Universitária da UnB (1985-1989); cofundador (1978) e presidente (1980-1982) da Associação dos Docentes da Universidade de Brasília (ADUnB); presidente (1976-1978) da Sociedade Brasileira de Estomatologia (Sobe); coordenador do Programa Nacional de Prevenção e Diagnóstico Precoce do Câncer Bucal da Divisão Nacional de Câncer do Ministério da Saúde (1977-1979); membro do Board of Directors da International Association of Education in Ethics (IAEE), Pittsburgh/Estados Unidos (2013-2017) e seu presidente na gestão 2017-2020. Índices Pesquisador: Índice H = 45 e Índice i10 = 127. CV Lattes: <http://lattes.cnpq.br/2059138334891787>.



PhD pelo Departamento de Antropologia Social da Queen's University of Belfast, Irlanda do Norte, Reino Unido, Rita Segato é professora emérita da Universidade de Brasília. Em 2018 recebeu o Prêmio Latino-Americano e Caribenho de Ciências Sociais (Clacso, 50 anos); em 2020, o Prêmio Daniel Cossío Villegas em Ciências Sociais do Colégio de México (Colmex); em 2021, o Prêmio Frantz Fanon da Associação Caribenha de Filosofia por sua trajetória. A Universidade Nacional de Salta, a Universidade Autônoma de Entre Rios, a Universidade Provincial de Córdoba, a Universidade Nacional de Cuyo, a Universidade Ibero-americana do México e a Universidade de El Salvador lhe concederam

o título de *Doutor Honoris Causa*. A agência espanhola EsGlobal a incluiu por dois anos consecutivos, 2017 e 2018, entre os 30 intelectuais mais influentes da Ibero-América. Atualmente é membro da Coordenação do Curso de Especialização em Estudos Afro-Latino-Americanos e Caribenhos da Clacso. Em 2018, o Museu Reina Sofia, em Madri, fundou a Cadeira Aníbal Quijano e a nomeou como sua titular. Durante o primeiro semestre de 2022 foi professora visitante no Programa de Estudos Latino-Americanos (Plas) na Universidade de Princeton, nos Estados Unidos da América. Foi coautora da primeira proposta de ação afirmativa para garantir a admissão de estudantes negros e indígenas no ensino superior no Brasil (1999), e coautora, com 41 mulheres indígenas de todas as regiões do país, de uma primeira proposta de ação afirmativa e políticas públicas para as mulheres indígenas perante o Estado brasileiro (2002). Atuou como especialista no Tribunal Viena+20 (Bilbao, 2013), juíza do Tribunal Permanente dos Povos para o capítulo México na Audiência Chihuahua (2014), testemunha especializada do Ministério Público da Guatemala para o caso Sepur Zarco de sujeição à escravidão sexual e doméstica de mulheres indígenas Maya Q'eqchi por militares guatemaltecos durante o período autoritário (2014 a 2016), juíza do Tribunal dos Direitos da Mulher do Fórum Social Pan-Amazônico (Tarapoto, Peru, 2017), autora de um Diagnóstico da Polícia Nacional Civil de El Salvador sobre crimes de gênero (2018), e testemunhou como especialista perante o Tribunal Federal Criminal Oral 2 no julgamento de Crimes contra a Humanidade em centros de detenção em Escobar, Campana e Zárate, Província de Buenos Aires, Argentina, entre março e abril de 1976 (2019).

